

BB 80/2026**A MENSAGEM FEMINISTA ATRAVESSA O OCEANO: A REPRODUÇÃO DE TEXTOS DE MARIA AMÁLIA VAZ DE CARVALHO NA REVISTA *A MENSAGEIRA*****Daniele Scalia**

Doutoranda em Letras na UFRGS

RESUMO: Este trabalho se propõe a pensar as reproduções de textos da escritora portuguesa Maria Amália Vaz de Carvalho nas páginas da revista *A Mensageira*, assim como os comentários a respeito da obra da autora, como evidências da influência europeia no pensamento feminista brasileiro. O trabalho apresenta três seções: na primeira delas, é tecida uma breve exposição acerca da noção de cópia na formação do mundo das letras brasileiro a partir das contribuições de Santiago (1978), Schwarz (1987), Decca (2002) e Melo (2020). Na segunda, a situação do pensamento feminista e das mulheres é comentada, principalmente através dos aportes de Santos (2010) e Schmidt (2017). Na terceira parte, os textos de Carvalho são comentados à luz das teorias anteriormente apresentadas. Conclui-se que a escritora foi uma influência relevante para o pensamento feminista brasileiro, que soube utilizar as ideias de Portugal para o contexto brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Pensamento feminista brasileiro; Estudos Culturais; *A Mensageira*; Maria Amália Vaz de Carvalho.

ABSTRACT: This paper proposes to think of the reproduction of the Portuguese writer Maria Amália Vaz de Carvalho's works in the pages of *A Mensageira* magazine, as well as of the critical commentaries on her works, as evidence of the European influence in Brazilian feminist thinking. The paper has three subsections: in the first of them, a brief exposition about the notion of copy in the formation of the cultural Brazilian world is written based on the contributions of Santiago (1978), Schwarz (1987), Decca (2002) and Melo (2020). In the second part, the situation of women and feminist thought is commented, mainly through the approaches of Santos (2010) and Schmidt (2017). In the third part, Carvalho's works are commented from the perspective of the previously presented theories. In conclusion, it is noticed that the writer represented a relevant influence in Brazilian feminist thinking which was able to use Portugal's ideas in its own context.

KEYWORDS: Brazilian feminist thinking; Cultural studies; *A Mensageira*; Maria Amália Vaz de Carvalho.

Considerações iniciais

A revista literária *A Mensageira*, fundada e dirigida por Presciliana Duarte de Almeida, circulou no Brasil no período de 1897 a 1900 e constitui fonte histórica de pesquisa no que concerne à formação do pensamento feminista brasileiro que germinava na época, bem como ao período de transição da Monarquia para a República. Os diversos artigos publicados refletem situações não apenas do Brasil como do mundo em geral, contando com contribuições de autoras e autores tanto de diversas regiões do país quanto da Europa. A circulação da revista também abrange grande parte do Brasil – do Nordeste ao Sul, do Piauí ao Rio Grande do Sul - e chega ao âmbito internacional circulando pelo Chile, por Portugal e pela França, conforme dados de Luca (1999). As páginas de *A Mensageira* levaram o pensamento a respeito dos direitos da mulher pelo país afora, divulgando notícias, comentando teorias e propagando as conquistas e lutas das mulheres entre si e com as leitoras. No entanto, por ser um ambiente tão democrático e diverso, a revista acolheu, para além do pensamento progressista que caracteriza muito de seu conteúdo, ideias contraditórias oriundas do pensamento europeu que fazem parte do ideário da época e da formação da intelectualidade brasileira.

Dentre os escritores estrangeiros, a revista contou com colaborações e com a reprodução de textos e excertos considerados relevantes na seção intitulada “Seleção”. Encontram-se aí publicados trechos de livros e artigos voltados à educação das mulheres e crianças da autoria de Maria Amália Vaz de Carvalho, influente escritora portuguesa e advogada dos direitos da mulher. As colocações da pensadora pesam na construção do pensamento feminista brasileiro em desenvolvimento na época, o que pode ser verificado pelos comentários tecidos por Maria Clara da Cunha Santos em sua coluna “Carta ao Rio”, na qual escrevia a respeito de acontecimentos e ideias importantes com um linguajar de cronista. Para além disso, Maria Amália tem seu artigo “A mulher do futuro” reproduzido na íntegra no número 31 da revista, publicado em 31 de agosto de 1899. Embora nunca tenha submetido seu trabalho para a revista, a seleção de Maria Amália para figurar nas páginas de *A Mensageira* indica a importância atribuída às suas ideias por parte da editora. A partir dessa presença, deliberadamente escolhida dentre outras possíveis, este artigo objetiva refletir a respeito da influência do pensamento europeu na formação do feminismo brasileiro que ensaiava seus primeiros passos no país, poiando-se em ideais iluministas e comtianos que não parecem caber de todo no contexto político e social daquele momento.

1 A Europa como modelo: cópia e criação no Brasil

Schwarz (1987) demonstra que a experiência de vida cultural brasileira apresenta um caráter inautêntico dado o sentimento de contradição entre a realidade do país e os ideais dos países que lhe servem de modelo. Como razão para essa sensação, Decca (2002), ao pensar na formação da identidade brasileira pelo ponto de vista histórico, explica que a América foi constituída como um ideal de paraíso no qual seria possível ao europeu colonizador construir um mundo diferente. Nesse sentido, a realidade americana se apresenta como um contraponto da fantasia nela projetada pelo europeu. Analogamente ao impasse da relação entre pai e filho proposta pela psicanálise, o conflito formativo do Brasil, na perspectiva de Decca, teria se dado por uma busca de identificação com a utopia trazida pelo colonizador e a construção de uma realidade capaz de contrariá-la e diferenciar-se dela.

Santiago (1978), ao pensar no entre-lugar do discurso latino-americano, explica como a relação entre os ideais europeus e a cultura local se constituiu a partir de uma relação similar àquela apontada por Decca (2002). De acordo com o autor, à medida que a Europa avançava pela América, a apropriação do espaço sociocultural ia se espalhando de modo a inscrever o Novo Mundo na ideia de sociedade ocidental, atribuindo-lhe a nomenclatura de filho primogênito. Assim,

a América transforma-se em cópia, simulacro que se quer mais e mais semelhante ao original, quando sua originalidade não se encontraria na cópia do modelo original, mas sim na sua origem, apagada completamente pelos conquistadores. Pelo extermínio constante dos traços originais, pelo esquecimento da origem, o fenômeno de duplicação se estabelece como a única regra válida de civilização (Santiago, 1978, p.16-17).

É com base nessa lógica, segundo Santiago, que surgem cidades de nome europeu com o acréscimo do adjetivo “nova/o” ao nome da cidade de origem. A novidade consiste, na verdade, na implementação daquilo que já não se enquadra mais na Europa, que está fora de moda, ao contexto das colônias. A sociedade proveniente de tal arranjo é, logicamente, mestiça, consistindo na mistura entre o elemento europeu e o autóctone. Melo (2020) propõe a necessidade de provincializar a Europa e passar a considerar a experiência única de cada colonização, a fim de evitar universalidades e modelos normativos centrados em contextos específicos. O autor justifica a proposta ao explicar que

o pós-colonial entre os letrados brasileiros se configura a partir do arco nacional-ocidental. Esse sistema se estrutura a partir de polêmicas, tensionamentos e debates acerca da herança ocidental do Brasil, e da maneira como o nacional performaria variações, apropriações e modulações em torno dessa herança, gerando um espaço de negociação identitária em que tanto os legados supostamente universais (sempre

identificados com o Ocidente) como as singularidades da nação poderiam coexistir de um modo bastante compatível (Melo, 2020, p.19).

É por essa razão que a situação pós-colonial gera a sensação de não pertencimento. O entre-lugar do brasileiro é o de quem bebe da fonte europeia, mas está segregado dela, do poder e da criação cultural que ela representa. Encontrando-se nessa posição, a crítica cultural brasileira desenvolveu uma maneira de inserir aquilo que é local na ideia de universal ao mesmo tempo em que marca a diferença, demonstrando que o local também é elemento de reelaboração e reinvenção das tradições através das manifestações delas naquele contexto específico. Esse posicionamento constitui o que o autor chama de dilema do mazombo: o brasileiro letrado, o sujeito que produz a teoria pós-colonial, tem um pé na América e o outro na Europa. Esse sujeito letrado que não é nem um colonizador e nem um colonizado sente necessidade de se diferenciar do grande povo e para isso busca por símbolos particulares de nação ao mesmo tempo em que procura manter sua força capaz de subjugar o outro, argumenta Melo (2020).

Analisando a história do país e a formação cultural dela proveniente, Schwarz (1987) pertinentemente observa que a Independência do Brasil não foi fruto de uma revolução, de modo que a exploração colonial se manteve intacta, beneficiando as classes dominantes. Naquele contexto, noções de liberdade e cidadania, consequências da emancipação política, soavam a estrangeirismos e até mesmo a despropósitos. O dilema ideológico e moral do país se colocava de modo que de um lado se encontrava a escravidão e suas relações decorrentes pautadas na lógica da Colônia, e de outro, a lei que situava todos como iguais.

Tendo como foco a análise da revista *A Mensageira*, Luca (1999) reconhece a publicação como um objeto de estudo capaz de captar as contradições que surgiam entre a cultura do Brasil monárquico que lutava pela manutenção de seus ideais e o Brasil novo, que tentava se estabelecer depois da Abolição e da República por meio de tentativa de inserção nos progressos da Europa, tanto no mundo das ideias quanto nas modernidades de lá advindas. Nesse sentido, a autora reconhece o período como propício para a abertura de novas possibilidades, ainda que em potência, para os marginalizados da sociedade, ou seja, as mulheres e os negros recém libertos. É nesse contexto que *A Mensageira* se consagra como um lugar de debate e luta por direitos, tanto das pessoas negras, representadas por meio da escrita de pessoas brancas abolicionistas, quanto das mulheres. O feminismo que ensaiava seus primeiros passos no Brasil entre as páginas da revista pode não ter sido combativo como

o das gerações posteriores, no entanto, é preciso reconhecer, conforme Luca, o mérito daquelas mulheres e homens que levantaram a bandeira dos direitos da mulher em um país ainda em formação, enfrentando preconceitos e leis para criar a base do que no futuro seria o espaço ocupado pelas feministas brasileiras.

Apesar da potência desses novos caminhos abertos, a produção cultural e o pensamento feminista do Brasil têm como referencial de valores os ideais europeus em uma relação de subordinação entre colonizador e colônia, na qual a Europa é tida como exemplo de civilização. Decca (2002) explica, nessa linha de pensamento, que, quando da emancipação do Brasil de Portugal, a Europa passou a medir o Brasil a partir de seus valores e marcou, dessa maneira, a diferença. O Brasil, por sua vez, para também salientar sua diferença do pai, pôs-se a falar incessantemente de si, de modo a se colocar como exótico e também buscar referências na França, ideal de modernidade diferente do pai Portugal. Assim, ao mesmo tempo em que tentava realçar a própria identidade, o país ainda tinha por base ideais europeus. Nessa situação, o problema da identidade nacional não dizia respeito a quem já estava aqui ou aos que foram trazidos contra a vontade e por coação violenta, uma vez que eram considerados intelectualmente atrasados, ou seja, incapazes de exercer a cidadania. Nessa perspectiva, a identidade nacional seria um problema a ser pensado pelo europeu que, disposto a abandonar tudo para construir a terra utópica, dizia ter encontrado e civilizado o ameríndio.

A constituição de um Estado-nação com ideais salvíficos e paternalistas, conforme demonstra Melo (2020), retira a voz dos colonizados e vulnerabilizados, de modo a perpetuar a dominação da elite intelectual sobre o povo. Os ideais, mesmo daqueles que se encontravam do lado mais progressista do campo político, como os feministas e abolicionistas, tinham em seus discursos pretensões de manter as mulheres presas ao lar, provendo a elas uma educação apenas suficiente para que fossem boas mães, ensinado aos futuros filhos homens os ideais da pátria. Tanto escritoras quanto escritores raramente manifestavam em suas colocações a educação e a emancipação da mulher com fins de autorrealização. Bebendo de fontes iluministas, como Rousseau e também do positivismo comtiano, os contribuidores da *A Mensageira* propagavam uma essência feminina delicada, nutriz e naturalmente voltada ao trabalho de cuidado, de modo a não garantir às mulheres igualdade no desfrute de direitos básicos como a educação, o sufrágio e o livre exercício das profissões liberais com base no argumento de uma incapacidade de natureza ontológica.

Tendo reconhecido o problema da formação de uma identidade nacional a partir de ideais estrangeiros, Schwarz (1987) observa que, nas circunstâncias atuais, um retorno ou a existência de uma cultura nacional sem interferências da Europa não parece possível. Ao subtrair as nítidas influências francesas e inglesas que se somaram ao contexto local na formação da identidade cultural do Brasil sob a perspectiva portuguesa, tão colonizadora quanto as outras ideias provindas do estrangeiro que buscaram terra firme no pensamento da elite educada das terras nas quais a escravidão conviveu, quase que pacificamente, com os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade. As contradições características desse momento histórico ficam explícitas no pensamento das mulheres que escreviam e debatiam assuntos relativos aos próprios direitos, mas sem deixar de concordar com a ideia de uma fragilidade e um dom para o cultivo da família intrínsecos ao seu sexo. Mesmo aquelas mais progressistas que defendiam abertamente o direito ao trabalho, como Júlia Lopes de Almeida, o faziam arguindo que trabalhando elas auxiliariam a família e não teriam a função de mãe prejudicada. O ideal da mãe como rainha do lar aparece como base do pensamento das mulheres, ainda incapazes de cogitar uma vida diferente desse conceito proveniente da Europa e entendido como sinal de civilização - civilização essa que contava com a mulher em casa, exercendo a educação dos futuros homens para se desenvolver prosperar.

Pensando nessa situação, Santiago (1978) explica que a busca pela fonte ou pelas influências na cultura latino-americana deve ser posta em seu devido lugar: aquele que assinala a arte local aprioristicamente como menor. De acordo com o autor, esse tipo de discurso reduz a criação da América Latina a uma condição de obra parasitária, sem contribuições e limitada pela fonte. Assim, “a fonte torna-se a estrela intangível e pura que, sem se deixar contaminar, contamina, brilha para os artistas dos países da América Latina, quando estes dependem da sua luz para o seu trabalho de expressão” (Santiago, 1978, p. 20). É fato, no entanto, como explica Schwarz (1987), que essa hierarquização não passa de um juízo de valor. Realizar a proposta de Santiago, ou seja, declarar a falência do método de busca da cultura fonte, implica reconhecer as hierarquias como construtos e passar a ler os elementos negligenciados por esse cânone de modo a isolá-los e dar a eles a devida relevância, a partir de um discurso crítico que tem como valor único a diferença. Afinal, olhar para as manifestações culturais em relação à Europa não é observar o movimento real do pensamento e as constantes mudanças que ele provoca, mas sim uma tentativa de fazer com que tudo se enquadre nas ciências humanas tradicionais. Nessa perspectiva,

salta à vista o alívio proporcionado ao amor – próprio e também à inquietação do mundo subdesenvolvido, tributário, como diz o nome, dos países centrais. De atrasados passaríamos a adiantados, de desvio a paradigma, de inferiores a superiores (aquela mesma superioridade, aliás, que esta análise visa suprimir), isto porque os países que vivem na humilhação da cópia explícita e inevitável estão mais preparados que a metrópole para abrir mão das ilusões da origem primeira (ainda que a lebre tenha sido levantada lá e não aqui) (Schwarz, 1987, p. 35).

No entanto, Schwarz também argumenta que a reprodução de soluções importadas dos países colonizadores é de ordem prática, uma vez que responde a necessidades culturais, econômicas e políticas que não deixam de ser significantes dada a perda do deslumbramento cultural dos países colonizados diante dos colonizadores. É por essa razão que o nacionalismo ainda encontra forças para se fazer presente nos debates políticos. De acordo com Schwarz (1987, p. 38-39), o que ocorre é que “[...] desde o século passado existe entre as pessoas educadas do Brasil – o que é uma categoria social, mais do que um elogio – um sentimento de viverem entre instituições e ideias que são copiadas do estrangeiro e não refletem a realidade.”

Fato é que as tecnologias advindas da Europa ao serem inseridas no Brasil colônia passaram a operar de forma diversa a de sua origem, acoplando aspectos do contexto e da cultura locais, conforme observam tanto Schwarz quanto Santiago. Essa seria a origem da sensação de pastiche que a cópia, ou aclimatação, gerava na elite intelectual de ideais conservadores. Como os princípios que regiam a sociedade eram diferentes, o discurso utilizado se constituía das mesmas palavras, mas o sentido que elas adquiriam ao encontrar-se com o contexto social do local de chegada era outro. Assim, Schwarz (1987) argui que a discrepância entre as ideias e a prática brasileiras não se deve à cópia, mas é o resultado da criação do Estado com base em uma estrutura social escravocrata que, para o autor, decorria da história contemporânea.

Neste caso, a feição “copiada” de nossa cultura resultaria de formas de desigualdade brutais a ponto de lhes faltarem mínimos de reciprocidade [...] sem os quais a sociedade moderna de fato só podia parecer artificiosa e “importada”. O descaso *impatriótico* (adotada a ideia de nação que era norma) de classe dominante pelas vidas que explorava a tornava estrangeira em seu próprio juízo. A origem colonial e escravista destas causas salta aos olhos” (Schwarz, 1987, p. 46).

O autor explica que, do ponto de vista de críticos literários como Silvio Romero, a cópia dos ideais que pautam o modo de vida europeu, tidos como sinal de diferenciação da elite diante do povo, é vista de forma pejorativa, de modo que o brasileiro, mestiço e meridional, copia por ser pouco dotado para a criação. A ideia exposta, além de ser segregacionista, depõe contra si mesma ao afirmar que o ponto zero da evolução está no Brasil colônia, período no qual os intelectuais teriam contato com ideias puramente

portuguesas e brasileiras. Ora, se havia contato entre as culturas em um mesmo espaço e hierarquização, parece lógico que a cópia da cultura portuguesa, tida como superior, se desse com o mesmo fim da imitação de ideias: separar o brasileiro de tudo aquilo que não era português, ou criar classes, sendo a elite aquela que domina a cultura europeia. Assim,

[...] na situação colonial o letrado é solidário da metrópole, da tradição do Ocidente e também de seus confrades, mas não da população local. Nestas circunstâncias, o cultivo do padrão metropolitano e o afastamento cultural em relação ao meio não aparecem como deficiência, até pelo contrário. Acresce que a estética neoclássica é universalista e valoriza o respeito e a prática das formas canônicas, de modo que também no plano da teoria da arte a imitação aparecia como um valor positivo (Schwarz, 1987, p.42).

Nesse sentido, incorporar elementos das tradições culturais europeias ao pensamento brasileiro não constituiria em violação do princípio de originalidade, mas atuaria de modo a inscrever o pensamento local na cultura ocidental. No entanto, o que acaba por acontecer no encontro entre culturas autóctones e colonizadoras é uma fricção, na qual ambas são feridas e contaminadas uma pela outra, dentro do violento processo de colonização. Nessa relação, Santiago (1978) percebe como maior contribuição da América Latina para a cultura ocidental, na qual foi inserida e da qual adquiriu elementos, a destruição dos conceitos de unidade e pureza que perderam seu peso e sinal de superioridade cultural à medida que foram contaminados pela cultura local. Desse modo,

a América Latina institui o seu lugar no mapa da civilização ocidental graças ao movimento de desvio da norma, ativo e destruidor, que transfigura os elementos feitos e imutáveis que os europeus exportavam para o Novo Mundo. Em virtude do fato de que a América Latina não pode mais fechar suas portas à invasão estrangeira, não pode tampouco reencontrar sua condição de “paraíso”, de isolamento e de inocência, constata-se com cinismo que, sem essa contribuição, seu produto seria mera cópia – silêncio –, uma cópia muitas vezes fora de moda, por causa desse retrocesso imperceptível no tempo, de que fala Lévi-Strauss. Sua geografia deve ser uma geografia de assimilação e de agressividade, de aprendizagem e de reação, de falsa obediência. A passividade reduziria seu papel efetivo ao desaparecimento por analogia. Guardando seu lugar na segunda fila, é no entanto preciso que assinale sua diferença, marque sua presença, uma presença muitas vezes de vanguarda. O silêncio seria a resposta desejada pelo imperialismo cultural, ou ainda o eco sonoro que apenas serve para apertar mais os laços do poder conquistador (Santiago, 1987, p. 18-19).

A partir dessas reflexões, conclui-se com Schwarz, Melo e Santiago que o Brasil adentrou a modernidade pela porta dos fundos. Assim, o sentimento de aflição diante da noção de imitação que permeia a percepção brasileira da própria cultura não advém da imitação em si, mas sim da estrutura social do país que coloca a cultura em uma posição contraditória consigo mesma. Para além disso, a parcela segregada da população não permaneceu improdutiva, tanto que suas manifestações vieram a se tornar, para os

intelectuais, um componente não-burguês da vida do país, constituindo o que se entende por identidade brasileira, conforme argumenta Schwarz. É por isso que, de acordo com Santiago (1987, p.19), para os colonizados “falar, escrever significa: falar contra, escrever contra”. Nas páginas de *A Mensageira*, encontram-se contribuições de escritoras e escritores progressistas e críticos capazes de realizar esse movimento de insurgência, aprendendo a linguagem do colonizador ao adotar a revista como meio de comunicação e criação de redes sociais, traduzindo-a ao contexto local e produzindo em seguida algo novo e crítico que propõe ação, mudança e reflexão. Entre aproximações e distanciamentos dos ideais em voga na Europa, o pensamento feminista brasileiro encontrou terreno fértil em *A Mensageira*, ambiente eclético, por vezes contraditório, mas sempre democrático e correspondente ao período de publicação, com seus avanços e entraves na construção de uma nova identidade permeada por ideais europeus, mas ainda assim, local.

2 A situação da mulher no Brasil oitocentista: o pensamento das mulheres contribuintes de *A Mensageira* e sua relação com a matriz europeia

A lógica europeia colonizadora permeia muito da construção do feminismo latino-americano bem como do resto do pensamento político. No caso do Brasil, apesar das fortes influências do pensamento inglês encontradas nos trabalhos da primeira feminista do país, Nísia Floresta, e de suas contemporâneas, na vida política o que se destaca é a influência da maneira portuguesa de pensar as relações de colonialismo, escravidão e patriarcalismo. Para Schmidt (2015), essa influência se dá no modo como o sexo é priorizado no pensamento colonial, de modo que os corpos das mulheres são vistos pelos homens brancos e colonizadores como objetos a serem utilizados para produzir a nova nação no novo espaço.

A opressão sexual também foi justificada por esse pensamento, uma vez que a mulher era associada à natureza e ao corpo, estando, portanto, incapacitada ao raciocínio. O psiquiatra Cesare Lombroso, por exemplo, ficou conhecido por seus trabalhos relacionando a biologia ao caráter de forma determinista. No caso das mulheres, o autor teceu comentários a respeito da musculatura e da massa encefálica consideradas inferiores aos homens e associando-as a insensibilidade ao sexo, à dor e aos sentimentos alheios, sendo, portanto, naturalmente cruéis. Desse modo, as mulheres sofreram com a opressão que as colocou em posição de eternas menores. Santos (2010), corroborando o contexto apresentado nas reflexões sobre a formação da cultura brasileira, explica que conceitos oriundos da Europa influenciaram a elite letrada do Brasil, determinando, assim, o contexto do mundo das letras da época. A pesquisadora

percebe que esses ideais atendiam aos interesses sociais definidos pelo padrão ocidental e, dessa maneira, atribuíam papéis muito específicos aos homens e às mulheres. Nesse cenário, as mulheres foram mantidas afastadas da esfera pública, o que repercutiu na acentuação dos estereótipos sobre a educação feminina e no afastamento das mulheres do espaço cultural.

Schmidt (2017) relembra o papel da Revolução Francesa e do pensamento iluminista, difundido na Europa pelas mais importantes correntes filosóficas e políticas do século XVIII, na segregação das mulheres. A busca pela universalização dos direitos humanos proposta com base na correlação entre razão e direito defendia que melhores condições de vida somente seriam alcançadas pelo uso da razão. No entanto, o ideal igualitarista não considerava questões de raça, classe e muito menos de gênero. Para a autora,

assim é que a ideologia burguesa, traduzida no discurso iluminista, impôs à mulher o modelo da domesticidade como padrão ideal de comportamento e de valor. O espaço doméstico passou a ser considerado a esfera vital onde a mulher cumpre sua função primária de esposa e mãe. Removida, assim do domínio público, no qual a razão atua mais claramente, a mulher sofreu um processo de infantilização, fazendo jus aos argumentos que a consideravam “naturalmente” subordinada ao homem (Schmidt, 2021, p. 237-238).

Destaca-se na construção dessa forma de pensar a visão de Rousseau da mulher – mais frágil, próxima da natureza – diferente do homem, racional e lógico. A natureza, que antes era entendida como um princípio de igualdade, passa a ser usada como explicação para a diferença e a desigualdade. A partir desse mito se dá o isolamento da mulher da esfera pública, política e também do processo histórico. De acordo com Santos (2010), esse isolamento, a partir das influências do pensamento iluminista na sociedade brasileira, espalhou-se por todo o país. Além disso, não se tratava apenas do isolamento social, mas da exigência da mais completa submissão aos homens a quem as mulheres deviam obediência irrestrita. Outro fator ainda mais agravante é a exclusão do processo de sufrágio, baseada nos mesmos argumentos. Tal situação acabava por gerar um círculo vicioso no qual as mulheres não votavam por não serem cidadãs e não eram cidadãs por não terem direito ao voto.

No início do século XIX eventos de grande importância para a nação, como a vinda do príncipe regente D. João VI e da corte ao Rio de Janeiro, provocaram a evolução da educação no Brasil. Para Santos (2010), o evento mais marcante para a esfera cultural do país foi a autorização e a criação da imprensa que ampliou a circulação de ideias. No entanto, a autora

explica que a participação feminina nesses meios era escassa, reforçando os estereótipos de inferioridade intelectual das mulheres e consequentemente da falta de necessidade de uma educação que as tornasse capazes de fazer algo além da leitura do livro de orações, da escrita de receitas e dos cuidados com o lar. É nesse sentido que *A Mensageira* surge como um espaço um tanto quanto inusitado no Brasil. Diferente das outras revistas voltadas para o público feminino, o conteúdo da publicação de Presciliana Duarte de Almeida não era pedagógico e nem focado nos conhecimentos necessários para a manutenção do lar e o cuidado com o marido e os filhos. Pelo contrário, a revista trazia à baila discussões a respeito dos direitos da mulher, reivindicando educação e espaço no mercado de trabalho, ainda que sem pensar no voto feminino. Para além disso, catalogava e divulgava casos de sucesso de mulheres no exercício das profissões liberais e na produção ensaística e literária, abrindo caminhos para que outras pudessem ao menos almejar algo além da vida familiar e reclusa, mesmo que apenas como uma adição ao papel de mães, defendido como parte essencial do ser mulher.

No entanto, a realidade da educação propiciada às mulheres privilegiadas estava muito aquém do desejado pelas colaboradoras de *A Mensageira*. Muito embora a Carta de Lei de 15 de outubro de 1827 já houvesse assegurado a educação para as mulheres, o currículo delas era diferente do oferecido aos homens. Não havia aulas de geometria, a aritmética parava nas quatro operações básicas, e as alunas recebiam aulas de economia doméstica. Nota-se a forte influência da filosofia rousseuniana na formação das mulheres. A justificativa para o visível atraso da educação feminina no país se dava com base na crença de que elas não precisavam de mais conhecimento do que o oferecido, além de correrem o risco de fazer mau uso dos saberes que pudessem vir a adquirir, conforme Santos (2010). A crença do risco ao lar por causa do conhecimento das mulheres remete ao comportamento das famílias francesas que optavam por não alfabetizar as filhas, a fim de evitar que elas escrevessem correspondências amorosas. Santos explica que esse

é o momento em que, na Europa, difundem-se os conselhos médicos de fiscalizar o que as mocinhas liam, para evitar que elas entrassem em contato com romances que pudessem ter efeito destrutivo na sua formação, por apresentarem jogos de desejo e sedução, contrariando o modelo idealizado da jovem pura, recatada (Santos, 2010, p.29).

Nesse contexto, Luca (1999) explica que a educação feminina era meramente tolerada à medida que não alterasse o desempenho dos papéis atribuídos a cada gênero. Assim, mais uma contradição do momento histórico fica exposta: enquanto instituições de ensino superior

para as mulheres eram fundadas, a educação elementar não era garantida, reforçando, desse modo, a crença de que as mulheres não eram capazes de avançar na construção do conhecimento. O temor diante da mulher educada garantia a propagação da ignorância por meio da restrição de conteúdos no estudo feminino. Para garantir que a mulher não se tornasse uma força destruidora, era necessário direcioná-la a certos caminhos, uma vez que o conhecimento nas mãos delas seria perigoso para a sociedade, podendo acarretar a destruição da família.

Essa percepção a respeito da educação das mulheres por parte da sociedade ilustra a dificuldade em romper com os ideais iluministas incorporados no país. A contradição já apontada por Schwarz (1987) e Melo (2020) fica explícita no tratamento delegado às mulheres. Os ideais de igualdade, fraternidade e liberdade defrontavam-se com um país racista e machista, incapaz de implantar o que, na verdade, também não passava de um discurso sem aplicações no âmbito social por parte da Europa. Santos explica:

Assim entendida, a modernidade vai apresentar uma ambiguidade natural, ou seja, se, por um lado, as estruturas hierárquicas poderiam ser desafiadas e colocadas em discussão, bem como a autoridade tradicional e o *status quo*, por outro, a concepção de moderno, desde sua gênese, aparecia comprometida com um projeto de dominação sobre aqueles que eram considerados incapazes de raciocínio crítico. Pode-se pensar, por exemplo, no colonialismo e em seus discursos, os quais apresentavam a distinção histórica entre o moderno (presente) e o primitivo (passado), cujas relações espaciais vão aparecer distinguidas em sociedades ocidentais e não ocidentais. Dessa forma, o desenvolvimento tecnológico dos Estados Nacionais modernos poderia ser apontado para legitimar o fato de povos indígenas terem sido forçados a introjetar a conformação do progresso histórico, em detrimento de suas tradições e costumes. De forma similar, o moderno trouxe consigo um ideal de igualdade fundado na fraternidade que efetivamente excluía mulheres de muitas formas de vida política (Santos, 2010, p.70).

É nessa situação e nesse período que o processo de desenvolvimento da identidade nacional se desenrola. Com essa mentalidade excludente surge a metáfora da maternidade

republicana, tornando a mulher uma propagadora dos ideais da nação, ideais esses que como já amplamente discutido, eram liberais e importados e por isso, pareciam estranhos aos olhos da elite em sua implementação em um país escravocrata. Dentre tantos estranhamentos, as mulheres silenciavam por ser isoladas e privadas do desenvolvimento de pensamento crítico ou eram silenciadas por levantarem vozes críticas aos acontecimentos. Excluídas do processo histórico e do pensamento moderno, as mulheres acabam por tornar-se vítimas de um regime de dominação opressor, uma vez que, conforme Santos (2010, p.63) “[...] o moderno está baseado na ausência do Outro e apagamento da atuação e do desejo femininos”.

Nesse contexto, mesmo pensadoras progressistas como as colaboradoras de *A Mensageira* reproduziam ideais provenientes das correntes de pensamento europeias vigentes. É assim que se encontra no início do feminismo brasileiro o pensamento de autores como Augusto Comte e Jean Jacques Rousseau, que, embora pensassem nas questões femininas, ainda defendiam um espaço diferente a ser ocupado pela mulher, sempre vista como um outro inferior do homem. Contribuições de escritoras tanto europeias quanto brasileiras com ideais iluministas e contraditórios com a realidade do Brasil aparecem com frequência. No entanto, a crítica por elas apresentada se faz válida ao contexto local, dado que a intelectualidade reproduzia discursos, ideais e hierarquizações da Europa em seus círculos sociais. Dessa forma, pode-se entender que as ideias das escritoras estrangeiras, quando reproduzidas no Brasil propiciaram discussões pertinentes quando culturalmente adaptadas. Para além disso, as redes de discussão entre diferentes países serviram para informar e abrir espaços para debates e reivindicações de direitos para as mulheres, gerando uma corrente de sororidade que, se pode afirmar, foi de suma importância para a criação do feminismo brasileiro

3 A reprodução de textos de Maria Amália Vaz de Carvalho em *A Mensageira*

A presença de colaboradores de países europeus em *A Mensageira* atesta a forte influência dos colonizadores na construção da identidade cultural do Brasil. O dilema do mazombo, proposto por Melo (2020), fica nítido diante da intelectualidade que reproduz trechos e artigos completos de pensadores europeus, a fim de equalizá-los à realidade brasileira. Por um lado, supor que as distintas realidades se encontrem em uma identidade gera a sensação de dissonância entre os ideais e a vida real explicada por Schwarz (1987). No entanto, por outro lado, a percepção de conquistas e discussões importantes realizadas em outros lugares inspira possibilidade e abertura de um horizonte de expectativas que talvez não viesse a ser imaginado sem um exemplo concreto.

Nas páginas de *A Mensageira*, Presciliana Duarte de Almeida garantiu um espaço democrático e aberto a todos, inclusive a estrangeiros, para refletir a respeito das questões da mulher. No entanto, a editora não contava apenas com as contribuições enviadas para a revista. Em uma seção intitulada “Seleção”, reproduzia trechos considerados relevantes de artigos e obras de pensadores. Um dos nomes que figurava ali era o da escritora portuguesa Maria Amália Vaz de Carvalho, considerada um nome importante na literatura de autoria feminina. A escritora também era lida e citada por Maria Clara Santos da Cunha, colaboradora da revista e responsável pela coluna “Carta ao Rio”, na qual comentava acontecimentos e ideias recentes do mundo das artes e da sociedade.

Diferente de outras colaboradoras, Maria Amália nunca submeteu seus textos para publicação em *A Mensageira*. Todas as menções a ela encontradas na revista, de acordo com o levantamento de Luca (1999), são de leituras críticas, trechos reproduzidos e um artigo na íntegra. O fato de a autora ter sido selecionada para a publicação e divulgação no Brasil indica a ressonância das ideias da portuguesa nas buscas das brasileiras. De posição moderada, Maria Amália advogava em seus livros e artigos que a mulher deixasse a posição de vítima tutelada e tomasse consciência das coisas que considerava importantes, esquecendo-se de bailes e tecidos para focar na própria educação e posteriormente na dos filhos. Em concordância com os ideais comtianos vigentes na época de suas publicações, ela defendia que a mulher deveria ser educada a fim de ser uma boa mãe. No primeiro trecho dela publicado na revista já fica nítido o pensamento a respeito do lugar da mulher, visto de forma ontológica e também social:

A mulher precisa ser moralmente mais forte que o homem, para conseguir levar a cabo a tarefa relativamente superior que a natureza e a sociedade lhe impõem. [...] Educar a mulher é arrancá-la na infância ao seu berço fofo e tépido de beijos e levá-la por caminhos d’uma majestade austera que ela nunca trilhou. É associá-la pela compreensão pela simpatia a todos os trabalhos e investigações do homem moderno; é dar-lhe ao lado d’este um lugar honroso e definido, não igual, pois que são diversas as atribuições de ambos, mas equivalente em direitos e em deveres (*A Mensageira*, 1987, p.251-252, v. I).

Observa-se no trecho selecionado do livro *Mulheres e Criações* (1880), de Maria Amália, a ideia vigente e reproduzida no Brasil de que a mulher embora tenha capacidade intelectual igual ao homem, tem funções diferentes da dele e deve assumir seu papel na família, cuidando da educação e da saúde dos filhos a fim de que cresçam como bons cidadãos. As publicações da escritora versam muito a respeito de puericultura, discorrendo sobre a alimentação, a higiene e os cuidados que devem ser tomados pelas mães na criação dos filhos, o que destoa um tanto do perfil geral da revista que não era voltado a esse tipo de conteúdo. No entanto, a escolha por reproduzir tais textos pode ser lida como uma indicação

da concordância da editora com a ideia de que a mulher é naturalmente responsável pelos filhos e quaisquer outras responsabilidades que ela venha a assumir devem ser acréscimos à função de mãe, o que reforça a ideia da maternidade republicana difundida pelo Brasil, conforme Santos (2010).

Maria Amália também escreve a respeito do feminismo e do espaço destinado à mulher na sociedade, defendendo moderadamente a luta por direitos iguais. Esse feminismo entendido como bem-comportado e sem intenção de incitar as mulheres a nenhum tipo de revolta, na verdade, parece uma artimanha utilizada pelas escritoras de *A Mensageira* a fim de tornar o trabalho pelos direitos das mulheres palatável e, assim, mais facilmente aceito pela sociedade brasileira. Trazer argumentos de filósofos e escritores europeus defendendo as causas da mulher, de forma moderada e lógica, como tendem a ser os escritos de Maria Amália, também parece consistir em uma forma de aproximar-se dos interlocutores, a fim de demonstrar que o feminismo não era nenhum tipo de radicalismo, mas sim uma petição justa da parte das mulheres pelo direito a ocupar espaços públicos e acessar a educação como os demais cidadãos, nada além dos direitos propagados pelo Iluminismo. Em um artigo replicado na “Seleção” do volume 18 de *A Mensageira*, a escritora portuguesa distingue os ideais razoáveis do feminismo, explicando sua necessidade:

Há quem peça simplesmente para a mulher algumas alterações na lei que lhe permitam uma ação mais livre na esfera econômica em que hoje se debatem os principais interesses do mundo. E quem poderá negar que essa reclamação é absolutamente justa, racional e há de a breve trecho ser cumprida em todas as legislações da Europa civilizada?

Há ainda quem reclame para a mulher o direito de exercer certas profissões que lhes garantirão os meios de ganhar a própria subsistência, se não têm nem pai, nem marido, nem irmão, e também este ponto, conquanto intrincado e difícil, me parece digno de atender-se (Carvalho, 1987, p. 285, v.I).

Se a Europa servia de modelo para os referenciais de civilização brasileiros no período oitocentista, conforme percebe Schwarz (1987), Presciliana Duarte de Almeida acerta ao reproduzir o argumento de Maria Amália de que o direito ao acesso ao mercado de trabalho por parte das mulheres não é somente lógico, mas também uma questão de dignidade humana a ser reconhecido pela lei, em consonância com os princípios da razão iluminista. Ao reconhecer a legitimidade da busca por direitos femininos em Portugal, o argumento de Maria Amália atravessa o mar, abrindo espaço para a discussão na elite intelectual brasileira, ávida por tornar-se parecida, ao menos em ideologia, com o velho continente, e, portanto, mais aberta a aceitar discussões advindas de lá a fim de inscrever o Brasil no que Santiago (1978) chama de cultura ocidental.

O argumento de Maria Amália, apesar de advogar em prol apenas das mulheres que não tinham nenhum homem para responsabilizar-se por elas, também antecipa a noção de que

as diferenças de capacidade entre homens e mulheres não são por inferioridade delas, mas sim por questões culturais. Se a educação recebida por elas é inferior, naturalmente as aptidões não são tão desenvolvidas quanto aquelas dos homens, que recebem educação de qualidade. Mesmo fisicamente, a autora desafia a ideia de fragilidade da mulher ao demonstrar que as mulheres pobres trabalham tão arduamente quanto os homens, citando as operárias e camponesas que realizam trabalhos fisicamente pesados e aquelas que trabalham durante toda a gravidez sob circunstâncias nada adequadas a fim de garantir os serviços e produtos que atendem aos mais ricos. Para além disso, Maria Amália denuncia a situação de classe ao arguir que nenhum filantropo jamais se opôs ao trabalho dessas mulheres, mesmo em nome das futuras gerações. Desse modo, a autora questiona abertamente:

Então, para que invocar as fatalidades do sexo, para que a mulher não seja advogada ou médica, escultora ou comerciante? Não é realmente esse o obstáculo que antevimos para que tal tendência do sexo feminino se desenvolva e propague.

Achamos bem justo, pelo contrário, a ânsia que a mulher tem de preparar-se para um trabalho que a emancipe da miséria, e lhe dê a independência material tão preciosa e tão moralizadora (Carvalho, 1987, p.285-286, v. I).

Dada a situação da mulher no Brasil, enclausurada no ambiente doméstico e impossibilitada de trabalhar devido a crenças que punham em dúvida a capacidade de provedor do marido ou do pai, além da noção de que elas não eram tão aptas quanto os homens para as atividades das profissões liberais, o argumento de Maria Amália a favor das portuguesas serve também em defesa das brasileiras, como percebe a editora de *A Mensageira* ao optar por reproduzi-lo. Para além de reivindicar o direito ao trabalho, os textos de Maria Amália também são utilizados para a defesa do direito à educação. Luca (1999) explica que a noção de progresso do pensamento iluminista que se alastrava pelo Brasil durante os anos de circulação da revista promovia uma concepção teleológica da história, na qual as civilizações se encaminhavam ao progresso. Nesse sentido, acreditava-se que o nível de desenvolvimento de uma sociedade estava diretamente relacionado ao tratamento recebido pela mulher. Daí advém a crença defendida na revista de que a instrução da mulher contribuiria para a integração do Brasil ao bloco das nações avançadas, ou seja, inscreveria a sociedade brasileira na cultura ocidental ao lado da Europa. Aproximando Brasil e Portugal na defesa do direito à educação para enaltecer a família e melhorar a civilização, Maria Amália em um trecho de *Mulheres e Crenças* reproduzido em *A Mensageira* reflete:

A nossa caridade oficial dá pão e vestuário às crianças, mas que faz em favor das mulheres?

Dando-lhe uma educação que não está em harmonia com os seus meios futuros condena-as à miséria, à desgraça, quantas vezes, à ociosidade e à ignomínia?

A educação deve fazer-se prática e positiva deve tornar-se um preventivo eficaz contra os maus conselhos da pobreza ou da preguiça.

Os que pensarem nisto farão um bem à família e à sociedade (Carvalho, 1987 p. 316, v. I)

A ênfase no bem a ser feito para a família e a sociedade responde aos anseios diante da ideia de que a mulher instruída deixaria de lado a função materna, concepção de pensamento adotada no Brasil e que contradizia os ideais iluministas então propagados pelas elites intelectuais. Encontram-se em *A Mensageira* diversos autores brasileiros defendendo a posição exposta por Maria Amália, dentre eles a própria editora da revista e Nelson de Sena, um dos homens que advogava frequentemente em prol dos direitos da mulher dentro da linha de pensamento de que ela seria útil no progresso que melhoraria a civilização brasileira aproximando-a dos ideais europeus.

No entanto, tanto Maria Amália quanto as colaboradoras de *A Mensageira* em geral aprofundam o conteúdo da reivindicação pela educação para um aprimoramento da mulher a fim de que ela possa ser inserida no mundo do trabalho para adquirir independência econômica e autonomia intelectual. A reprodução do artigo da escritora portuguesa intitulado “A mulher do futuro”, no número 31 da revista, demonstra a mudança de atitude perante a ideia da mulher vista apenas como companheira do homem, alçando-a a voos maiores e para fora do lar. No entanto, apesar do movimento pelo direito à vida pública, a questão do sufrágio, tanto em Portugal quanto no Brasil ainda era considerada fora da alçada das mulheres pelas contribuintes da revista. Maria Amália, no artigo reproduzido, afirma que apesar de ter revisitado suas posições a respeito do feminismo, a emancipação da mulher repugna-a. Apesar disso, a autora reconhece a necessidade de adaptar-se ao mundo diferente daquele no qual cresceu e que agora se apresenta a ela:

É por isso que eu, tantos anos adversária inconciliável dos direitos políticos da mulher, tenho de converter-me a essa inovação, desde que nela se incluem vantagens de ordem moral, que não eram tão necessárias à mulher antigamente e que hoje lhe são absolutamente indispensáveis para que a brutalidade da vida moderna não a esmague (Carvalho, 1987, p.134, v. II).

A ideia da inserção da mulher na sociedade, mesmo que sem o direito ao voto que parece ser repugnado pela maioria delas, aparece como inevitável diante do progresso e da adoção de ideais iluministas pela elite do pensamento intelectual brasileiro. Luca (1999) observa que nesse contexto a filantropia passa a ser advogada como forma de inserir a mulher na vida social e para tanto, propõe-se que ela receba uma formação educacional adequada. A autora explica que a prevalência do mito do Brasil como terra das utopias, recém liberto de Portugal e ainda jovem como nação gera uma visão otimista das possibilidades do país de assimilar as mulheres à vida social e cultural. É possível associar essa perspectiva com a ideia do Brasil que se deseja diferente da utopia projetada pelos colonizadores, mas que é

inevitavelmente influenciada por ela, como explica Decca (2002). Os ideais de igualdade, liberdade e fraternidade, copiados da França, seriam aprimorados ao incluir, em terras tupiniquins, a mulher, o ex-escravizado e o indígena em seus postulados.

Nesse contexto, a ideia da mudança na sociedade brasileira que, apesar de alguns setores retrógrados, estaria aberta a acolher as mulheres em seu meio seria inevitável. O artigo de Maria Amália demonstra que esse processo já estava em andamento na Europa que não comportava mais o estilo de vida recluso para as mulheres, uma vez que o divórcio, por exemplo, já era uma possibilidade e deixava as mulheres despreparadas em situação de desamparo. Para além disso, a família, na sociedade liberal, encontrava-se dispersa, cada um buscando trabalho e prazeres por si a fim de sobreviver. Circunstâncias das mais variadas também levavam a mulher ao desamparo pela falta de um esposo, pai ou irmão que a sustentassem e que sem educação e direito ao exercício de uma profissão estariam condenadas à miséria. Nesse novo mundo individualista, prover por si mesmo tornou-se uma necessidade e na nova organização social, mesmo contrariada, Maria Amália reconhece que a mulher seria inclusa: “É necessário, pois, que me renda à evidência e à verdade desta doutrina que não amo” (Carvalho, 1987, p.137, v. II).

Em tom de *mea culpa*, a escritora portuguesa prevê a ascensão da mulher a um patamar de igualdade com os homens, e até mesmo a possibilidade de superá-los em algumas profissões dadas as capacidades desenvolvidas ao longo de séculos de suportar dificuldades sem queixas. Reconhece também o mérito do feminismo que foi capaz de conquistar a parcela conservadora da sociedade e fazer-se ouvir diante dela. Atesta essa façanha o *Congresso Internacional das Mulheres*, motivo da publicação do texto, sendo realizado no momento da escrita em Londres e contando com presenças como a Condessa de Aberdeen, a mulher do Bispo de Londres e Lady Rothschild. A autora, diante do apoio de mulheres das mais altas classes ao feminismo, acredita em uma consciência social recente, capaz de levá-las ao reconhecimento da necessidade dos direitos da mulher para as mais pobres. No entanto, não crê que esse sentimento vá se converter em algo significativo, uma vez que

correspondem nas altas esferas sociais a propaganda ativíssima e eficaz que em favor da mulher tenham feito apóstolos convictos de um novo regime social.

A outra causa que atua hoje na aristocracia de raça ou de dinheiro para que seja em favor do feminismo militante, é que ela, que tem pouco que fazer, gosta muito das novidades, enquanto as novidades não as desalojam da boa posição em que se estabeleceu solidamente (Carvalho, 1987, p.137, v. II).

No Brasil, a elite educada não se diferenciava do modelo europeu exposto por Maria Amália. Conforme os dados levantados por Luca (1999), as escolas voltadas para o ensino das mulheres eram focadas nas filhas daqueles que podiam pagar pela educação. Algumas, como

o Colégio Nossa Senhora do Patrocínio de Itu, alfabetizaram filhas de escravizados e acolheram jovens órfãs, no entanto, mesmo com essas medidas, estava garantida a maior qualidade do ensino voltado às pertencentes da elite. Do mesmo modo, a repetição de discursos favoráveis às causas da mulher nos salões não passava muito de reprodução de ideais europeus que não se aplicavam na vida cotidiana, reafirmando a explicação de Schwarz (1987) para quem o letrado brasileiro daquele período era solidário a seus iguais e dos ideais da tradição do Ocidente, mas não ao povo.

Maria Amália, consciente das reais reivindicações do feminismo e das intenções da aristocracia, questiona a capacidade de mulheres como a esposa do Bispo de Londres de compreender que não se trata de caridade para com as mais desprovidas de riqueza material, mas de erradicar a opressão de gênero e classe, permitindo pontos de partida e oportunidades iguais a todos, sem qualquer tipo de discriminação. Apesar dessa dúvida, a autora crê em futuro diferente, aberto às mulheres, mas entende a lentidão de tal processo, afirmando que não acredita que verá o progresso profetizado. De qualquer forma, ela endossa a nova organização social, mesmo que ela vá contra os ideais de sua criação, e apoia a nova mulher:

Já não a condeno porque ela, esquecida das graças, da fraqueza, da doçura frágil de seu sexo, batalha valentemente para alcançar uma profissão que a salvguarde de todas as tentações da miséria. É que tenho visto como para a mulher solitária e pobre é dura a vida e cruelmente difícil o caminho (Carvalho, 1987, p.139, v. II).

A tomada de consciência por parte da autora se dá como uma queda na realidade, de modo que ela passa a reconhecer a capacidade intelectual da mulher, o lugar que ela tem o direito de ocupar na sociedade e pelo qual deve lutar e desilude-se dos ideais poéticos para pensar com mais praticidade em um mundo que funcione de forma mais justa com quem foi tão oprimido. No Brasil, observa Luca (1999), onde a realidade da escravidão e da opressão das mulheres parecia ser mais perceptível para as mulheres da elite, a defesa de ideais republicanos, libertos de Portugal mesclava-se aos projetos feministas e abolicionistas. Instaurada a República, as feministas brasileiras imediatamente reivindicaram o direito ao voto na constituição, no entanto, da mesma forma descrita por Maria Amália, a elite política resistiu na hora de promover uma mudança real e significativa para as mulheres, que acabaram derrotadas.

Dessa forma, quando se pensa nos escritos e nas reproduções de *A Mensageira* é possível constatar uma percepção similar à de Maria Amália diante da realidade da República. De um lado, parece haver, por parte dos colaboradores e da editora, a esperança de que os ideais republicanos sejam implementados. Por outro lado, há também a consciência de que os

valores republicanos não valem para todos como está posto no papel, mas excluem mulheres, indígenas e escravizados libertos da participação da identidade nacional a ser construída.

Leitora consciente das contradições de seu tempo e crítica de Maria Amália, Maria Clara da Cunha Santos escreve, antes da reprodução de “A mulher do futuro” na revista, uma opinião a respeito da mudança de pensamento da escritora portuguesa, reconhecendo-a agora como aliada importante na implementação de ideais de uma sociedade mais igualitária. Segundo a brasileira, é preciso realmente reconhecer que a educação da mulher não pode ser voltada apenas para o desenvolvimento de habilidades que embelezem a vida de seu companheiro, mas precisa ser uma arma para a luta em busca da própria independência. Mostra assim, a escritora, o projeto feminista local: incluir a mulher na República, de modo que ela possa ter oportunidades para desenvolver-se tanto intelectual quanto profissionalmente. Ao afirmar surpresa diante dos ideais anteriores reconhecidos por Maria Amália, Maria Clara parece buscar distanciar o Brasil do pai Portugal, afirmando-o como nova nação, livre e sem os preconceitos da velha Europa.

Esse movimento de buscar os ideais da Europa – a ideia da República, os princípios iluministas –, ao mesmo tempo em que se tenta negar as influências, afirmando uma identidade local, defendendo o povo brasileiro trabalhador e capaz de construir algo novo e original, enquanto busca a manutenção da elite intelectual em seu local de conforto, pode ser lido como uma manifestação do dilema do mazombo, descrito por Melo (2020). Embora estivessem conscientes dessa situação, pode-se observar que os colaboradores de *A Mensageira* também acabaram por reproduzi-la. Ao inspirar-se em vozes da Europa na construção de seu feminismo, persistiram na tentativa de aplicar fórmulas prontas a realidades particulares. Ao reconhecer como importantes e reproduzir vozes europeias, reforçaram as dicotomias culturais entre os sexos. Com avanços e recuos, discursaram a favor dos direitos das mulheres ao mesmo tempo em que as descreveram como ontologicamente diferentes dos homens, destinadas à maternidade e demais funções de cuidado e, em geral, mais frágeis. Desse modo, o feminismo apresentado nas páginas da revista é conservador e progressista a um só tempo, dando um passo à frente e outro atrás. De qualquer forma, com acertos e erros, abriu espaço para debates que permitiram, ainda que lentamente, o alcance dos direitos iguais aos homens e às mulheres, mesmo que ainda, por vezes, somente no papel.

Considerações finais

O feminismo brasileiro que ensaiou seus primeiros passos com a publicação de *A Mensageira* parece ter seguido o mesmo caminho da constituição da identidade das letras do país: a busca por afastar-se do pai Portugal com a proclamação da República, ao mesmo tempo em que tentava parecer-se com a Europa tida como ideal de civilização. A partir de um pensamento teleológico, utilizou-se de exemplos de acontecimentos tanto na Europa quanto nos Estados Unidos para justificar a ideia de que o progresso e a inclusão das mulheres na sociedade era uma evolução inevitável e se daria com a maturação da civilização.

A reprodução de textos de Maria Amália Vaz de Carvalho, no contexto da publicação, pode ser lida como uma forma de dialogar com a civilização e aproximar-se dela, inscrevendo o Brasil na cultura ocidental, como propõe Santiago (1978). Para além disso, a apropriação dos argumentos utilizados pela escritora portuguesa, reconhecendo o lugar devido à nova mulher que vem se formando ao longo da história, ao chegar no Brasil pela seleção de Presciliana Duarte de Almeida, apresenta-se como uma forma prática de propor soluções à situação das mulheres. Diante da leitura que percebe a necessidade de mudanças na civilizada Europa, as colaboradoras e leitoras de *A Mensageira* perdem o deslumbre diante dos países colonizadores, reconhecendo que eles também precisam de melhorias.

É talvez a partir desse raciocínio e do fato de que, ao ser reproduzido em outro contexto, um texto adquire outros sentidos, que Maria Clara da Cunha Santos dialoga com o artigo “A mulher do futuro”, de Maria Amália Vaz de Carvalho. Com postura crítica, a escritora brasileira rompe com a ideia de que o pensamento local é aprioristicamente inferior em relação ao Europeu ao apontar erros nas posições anteriormente tomadas pela autora portuguesa e também elogiar o texto apologético que ela publica, retratando-se diante das mulheres que prejudicou ao defender uma ideia de fragilidade e não admitir o direito ao exercício de profissões liberais. Assim sendo, pode-se concluir que, conforme já descreve Santiago (1978), a cultura local destrói os conceitos de pureza e unidade ao miscigenar-se com referenciais estrangeiros e criar novos sentidos a partir deles. Dialogando em pé de igualdade com a escritora europeia, Maria Clara reconhece a importância dela, mas inscreve o Brasil nas páginas da revista como um lugar com potencial para criar uma sociedade diferente, mais igualitária e acolhedora daqueles que foram anteriormente oprimidos.

Apesar de manter a solidariedade aos pensamentos advindos da Europa, principalmente à corrente iluminista, o feminismo propagado por *A Mensageira*, com seus avanços e recuos, foi provavelmente responsável por disseminar discussões a respeito das questões da mulher e divulgar argumentos do além mar, propondo debates e uma maior abertura por parte da sociedade para que, ao menos em nível discursivo, os direitos das

mulheres e demais pessoas oprimidas, fosse garantido. Embora se saiba, como explicam Schwarz (1987) e Luca (1999), que ideais iluministas conviviam com diversas formas de opressão, a rede de mulheres formada pela reprodução de textos estrangeiros, bem como a colaboração de escritoras residentes em outros países, pode ter contribuído imensamente para o surgimento do feminismo local por via da elucidação da necessidade de lutar por direitos como a educação e o exercício das profissões.

REFERÊNCIAS

- DECCA, Edgar Salvadori de. Tal pai, qual filho? Narrativas da identidade nacional. In: CHIAPPINI, Ligia; BRESCIANI, Maria Stella (Orgs.). *Literatura e cultura no Brasil: identidades e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2002. p. 15-27.
- CARVALHO, Maria Amália Vaz de. Seleção. In: ALMEIDA, Presciliana Duarte de (Dir.). *A Mensageira*: revista literária dedicada à mulher brasileira. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Secretaria de Estado da Cultura, 1987. Edição fac-similar, v. 1, p. 285 – 286.
- CARVALHO, Maria Amália Vaz de. Seleção. In: ALMEIDA, Presciliana Duarte de (dir.). *A Mensageira*: revista literária dedicada à mulher brasileira. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Secretaria de Estado da Cultura, 1987. Edição fac-similar, v. 1, p. 316.
- CARVALHO, Maria Amália Vaz de. A mulher do futuro. In: ALMEIDA, Presciliana Duarte de (dir.). *A Mensageira*: revista literária dedicada à mulher brasileira. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Secretaria de Estado da Cultura, 1987. Edição fac-similar, v. 2 p. 133-139,
- LUCA, Leonora de. *A Mensageira: uma revista de mulheres escritoras na modernização brasileira*. 1999. 581 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós Graduação em Sociologia, Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/211123>. Acesso em: 08 jan. 2025.
- MELO, Alfredo Cesar. Crítica da razão nacional-ocidentalista: por uma nova abordagem pós-colonial nos estudos brasileiros. *Alea: Estudos Neolatinos*, [S.L.], v. 22, n. 2, p. 17-40, ago. 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1517-106x/20202221740>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/alea/a/MwHFTvyWH9CPGzW5XtFNyB/?lang=pt>. Acesso em: 08 jan. 2025.
- SANTIAGO, Silviano. O entre-lugar do discurso latino-americano. In: SANTIAGO, Silviano. *Uma literatura nos trópicos: ensaios sobre dependência cultural*. São Paulo: Perspectiva, 1978. p. 11-28.
- SANTOS, Salete Rosa Pezzi dos. *Duas mulheres de letras*. Caxias do Sul: Educs, 2010.
- SCHMIDT, Rita Terezinha. O projeto iluminista e os direitos da mulher. In: SCHMIDT, Rita Terezinha. *Descentramentos/ convergências: ensaios de crítica feminista*. Porto Alegre: UFRGS, 2021. p. 235-243.
- SCHWARZ, Roberto. Nacional por subtração. In: SCHWARZ, Roberto. *Que horas são? Ensaios*. São Paulo: Schwarcz, 1987. p. 29-48.

Daniele Scalia é Doutoranda em Letras na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) sob orientação do Prof. Dr. Gerson Roberto Neumann. Mestre em Letras e Cultura pela Universidade de Caxias do Sul (bolsista PROSUC/CAPES), atua como tradutora e revisora em Língua Inglesa e como professora de Língua Inglesa para fins específicos, dos níveis iniciante ao avançado. Integra, como pesquisadora voluntária, o grupo de

pesquisa "Interdisciplinaridade entre Letras e Direito", coordenado pela Profa. Dra. Ivone Massola, cadastrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil do CNPq e certificado pela Universidade de Caxias do Sul. Tem experiência no ensino de Língua Inglesa como LE, tradução no par Inglês (EUA)/Português (BR) e pesquisa na área de literatura com ênfase em crítica feminista e questões de gênero. E-mail daniele.scalia@hotmail.com

Artigo recebido em 05/09/2025. Aprovado em 10/11/2025.